

Outstanding In Jacquard

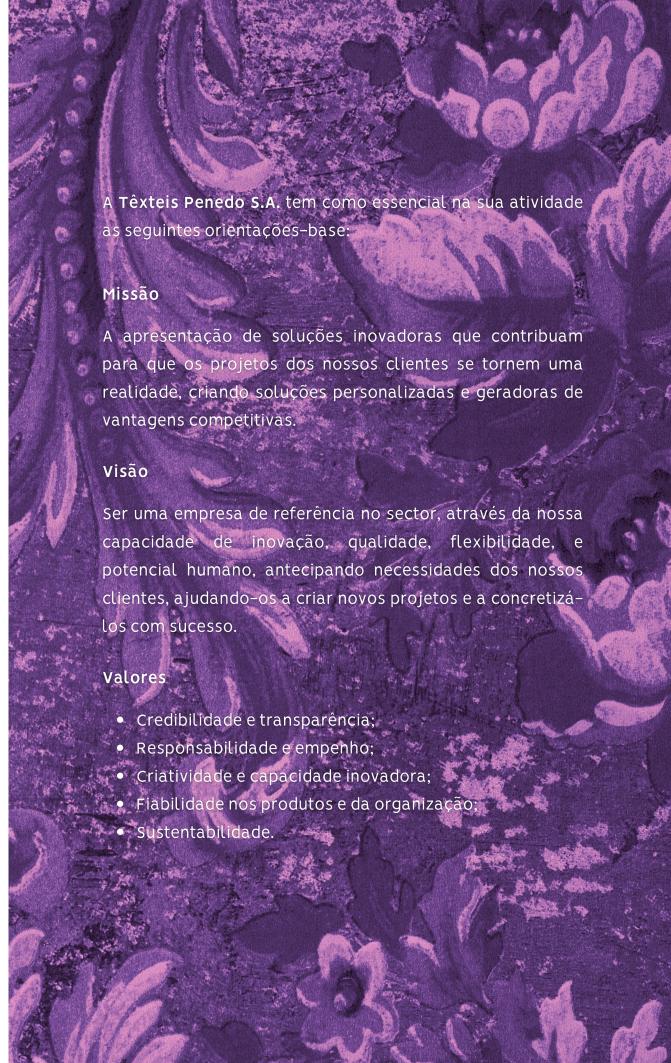
APRESENTAÇÃO

Desde 1975 que a **Têxteis Penedo** assume um papel de destaque na produção de têxteis em **Jacquard**, para o Lar, Hotelaria e Decoração. A elevada qualidade dos seus produtos têxteis permitiu a consolidação de uma posição pioneira no panorama da indústria têxtil Mundial.

A Têxteis Penedo tem um leque de parceiros muito restritos os quais garantem o nível de qualidade elevado dos seus produtos têxtil jacquard para o lar, hotelaria e decoração. Possui instalações modernas com elevada tecnologia de ponta, tendo certificado de qualidade desde 2000 pela norma ISO 9001/2000, o que resulta de um elevado rigor de qualidade desde a conceção do produto até à sua entrega ao consumidor final, ditando uma reconhecida imagem de marca.

A Inovação é um dos pilares da empresa, havendo uma constante promoção da investigação e desenvolvimento de novos produtos, contando a **Têxteis Penedo** com um Departamento de Inovação com uma equipa de técnicos especializados, dinâmicos e criativos. O **Design**, a escolha dos melhores materiais, dos tecidos perfeitos para cada projeto, passando por um controlo rigoroso de todo o processo produtivo, permitem um conjunto de soluções à medida dos clientes. Desde 2013 a Têxteis Penedo tem certificado de sistemas de gestão da IDI segundo a norma IDI NP 4457:2007, aumentando a eficácia do desempenho da empresa no que se refere à **Investigação**, **Desenvolvimento e Inovação de têxteis**.

Em 2016 nasceu a implementação da Certificação **STEP** (Sustentabilidade), que levará à diferenciação junto das partes interessadas.





OBJETIVOS E COMPROMISSOS DA TÉXTEIS PENEDO

O presente Código de Conduta expressa o compromisso da Têxteis Penedo S.A. e as suas empresas parceiras na implementação e dinamização de práticas com rumo à sustentabilidade, preservando a proteção ambiental, a proteção, saúde e segurança dos colaboradores, preservando a ética e os valores e respeito pelos direitos humanos.

O presente Código de Conduta expressa ainda o compromisso da Têxteis Penedo no cumprimento do regime de proteção de denunciantes de infrações estabelecido pela Lei n.º 93/2021 de 20.12 por transposição da Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento europeu e do conselho, de 23 de outubro de 2019.

Ética nos Negócios

A Têxteis Penedo promove práticas de negócios governadas e baseadas na transparência, honestidade, integridade e tratamento justo com os parceiros, incentivando e exigindo o mesmo dos seus parceiros que devem também exigir dos seus fornecedores e parceiros, em matéria da gestão da qualidade, gestão ambiental, uso de substâncias químicas, gestão da segurança e saúde métodos os trabalhadores, princípios de responsabilidade social e respeito pelos direitos humanos. Não usa nem admite o uso de práticas ou qualquer forma de suborno, ou corrupção nas transações com os parceiros.

• Ambiente e Performance Ambiental

A empresa promove o uso eficiente de recursos bem como o uso de produtos e de tecnologias amigas do ambiente, minimizando os impactos ambientais com o apoio e acompanhamento com os parceiros através da evolução tecnológica, uso de processos amigos do ambiente, promovendo a prevenção ambiental como desafiofuturo.

• Trabalho Infantil

A empresa não emprega nem admite ninguém com idade inferior a 16 anos e que não tenha concluído a escolaridade obrigatória ou não esteja inscrito para tal, nem permite que qualquer pessoa com idade inferior 16 anos seencontre nas instalações da empresa nem dos seus parceiros.

• Trabalho Forçado

Não é permitido trabalho forçado. É inaceitável a aplicação de castigos corporais, quer nas instalações da Têxteis Penedo, S.A. quer nas instalações dos seus parceiros.

Entenda-se por "trabalho forçado" como todo o trabalho que seja obtido de qualquer pessoa sob a ameaça e qualquer penalização (ex. ameaça de demissão; retenção de documentos, pagamento de dívidas)e para qual o trabalhador não o fez voluntariamente.



• Saúde e Segurança

A empresa proporciona e exige dos seus parceiros um ambiente de trabalho seguro e saudável, melhorar e divulgar continuamente os meios existentes na sua infraestrutura para impedir possíveis riscos tecnológicos, naturais e sociais e prevenir acidentes e danos à saúde, nomeadamente:

- Disponibilizar aos trabalhadores água potável gratuitamente;
- Dispor de circulação de ar e ventilação adequados ao número de trabalhadores;
- Disponibilizar o acesso ao WC privado, limpo e em número adequado;
- Todos os Equipamentos deverão dispor de dispositivos de segurança operacionais (ex. proteção das agulhas, proteção das correias);
- Fornecer equipamentos de proteção individual a todos os trabalhadores, onde aplicável (ex. máscaras para pó, luvas, auriculares);
- Afixar plantas de emergência com a indicação da(s) zona(s) de segurança;
- o Possuir corredores de evacuação marcados no chão devidamente limpo e desimpedido;
- o Dispor de pelo menos uma saída de emergência em cada Secção da empresa;
- Colocar o equipamento de combate a incêndios (extintores e bocas-de- incêndio) em locais estratégicos, devidamente identificados e acessíveis. Os extintores e bocas de incêndio deverão ser verificados no mínimo semestralmente;
- Realizar o exercício de evacuação em caso de incêndio ou emergência no mínimo anualmente, conforme o procedimento afixado. Realizar nessa fase, também, ações de sensibilização sobre segurança;
- o Disponibilizar uma caixa de primeiros socorros por secção devidamente equipada e com produtos dentro do prazo de validade;
- o Disponibilizar serviço de medicina no trabalho nos trâmites que a legislação em vigor obriga.
- Guardar em local seguro e arejado todos os produtos químicos utilizados na empresa (ex. produto para limpeza e outros).
- o O trabalhador deverá zelar pela segurança da empresa e dos produtos por ela produzidos.

• Assédio ou Abuso

Os trabalhadores devem ser tratados com respeito e dignidade. Não podem ser sujeitos a assédio ou abuso de ordem física, verbal, sexual ou psicológica no local de trabalho, ou seja, a empresa não deve permitir o comportamento, inclusive gestos, linguagem e contacto físico, que seja sexualmente coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório. Não podem ser aplicadas sanções corporais.

A empresa rejeita qualquer comportamento que possa ser considerado como prática de assédio no trabalho.

O(a) funcionário(a) que considere ter sido sujeito a qualquer tipo de assédio no trabalho deve:

- 1. Informar o(a) assediante de que aquela conduta não é aceitável e que irá comunicar à Administração, via departamentos dos recursos humanos, a sua ocorrência;
- 2. Comunicar por escrito o que sucedeu. Para tanto deverá dirigir-se aos recursos humanos, informando de:
 - o Data
 - Hora
 - Local
 - Situação ocorrida
 - Identificação de eventuais testemunhas.

Para fins de esclarecimento, considera-se assédio, o comportamento indesejado, nomeadamente baseado em fator de discriminação, praticado aquando do acesso ao emprego ou no emprego, trabalho ou formação profissional, e ainda como assédio sexual, o comportamento indesejado de caráter sexual, sob forma verbal, não verbal ou física, com o objetivo ou o efeito de perturbar, ou constranger a pessoa, afetar a sua dignidade, ou de criar-lhe um ambiente intimidativo, hostil, degradante, humilhante ou desestabilizador.







• Discriminação

A empresa não se pode envolver ou apoiar a discriminação na contratação, remuneração, acesso à formação, promoção, fim de contrato ou reforma, com base em raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação a sindicato, associação a filiação política, preferências desportivas ou idade.

Liberdade de Associação

A empresa deve respeitar o direito a todos os trabalhadores decidirem associar-se ou não a sindicatos de trabalhadores da sua escolha e de negociar coletivamente.

A empresa deve assegurar que os representantes de tais funcionários não sejam sujeitos à discriminação e tais representantes tenham acesso aos membros do seu sindicato no local de trabalho.

• Práticas Disciplinares

A empresa pode aplicar sanções disciplinares de acordo com o código de trabalho em vigor, podendo haver lugar a repreensão simples, registada, suspensão de trabalho com perda de retribuição o despedimento com justa causa. A sanção disciplinar aplicada, deverá ser proporcional à gravidade da infração e não é cumulativa. Não pode recorrer à utilização de punição corporal, mental ou coerção física e abuso verbal.

• Remuneração e Benefícios

A empresa paga ao seu trabalhador um salário igual ou superior ao definido no contrato coletivo de trabalho para a função que desempenha e garante os benefícios exigidos por lei, garantindo que cobrem as necessidades e despesas dos trabalhadores.

O trabalhador dispõe de um cartão de ponto manual ou eletrónico, ou na sua ausência, de um registo em papel, devidamente validado por este.

A empresa emite mensalmente um recibo que evidencia as horas trabalhadas, salário, horas extraordinárias, bónus, subsídios e uma descrição de todas as deduções.



Horas de Trabalho

A empresa estabelece e afixa o horário de trabalho cumprindo com a legislação em vigor.

A semana de trabalho deverá cumprir com o legislado, no entanto, não deve exceder as 40 horas, permitindo ao trabalhador usufruir de um período de descanso, de pelo menos 1 dia em cada semana.

O regime e horas extraordinárias/horas de compensação, deverá ser aplicado de acordo com a legislação em vigor.

Horas Extraordinárias

Além da remuneração pelas horas normais de trabalho, os trabalhadores devem ser remunerados pelas horas extraordinárias, por um valor superior ao da remuneração horária normal, conforme a legislação aplicável ou pôr em prática o sistema de horas de compensação permitido por lei.



No dia 20 de Dezembro de 2021 foi publicada a Lei n.º 93/2021 a qual estabelece o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, transpondo a Diretiva (EU) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de outubro de 2019 relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União. Com esta Lei introduz-se um novo instrumento de combate à corrupção e ao crime económico em áreas diversas, como infrações à contratação pública, mercado interno, ambiente, segurança de produtos, branqueamento de capitais, entre outras. Este regime aplica-se a entidades públicas e privadas, impondo, nessa medida, a certas empresas, como o caso da **Têxteis Penedo**, a obrigação de estabelecer canais de denúncia interna.

Em cumprimento dessa medida, a nossa empresa criou um canal de denúncia interna que visa garantir a apresentação e o seguimento seguros de denúncias a fim de garantir a exaustividade, integridade e conservação da denúncia; assegurar a confidencialidade da identidade ou o anonimato dos denunciantes e a confidencialidade da identidade de terceiros mencionados na denúncia e impedir o acesso de pessoas não autorizadas.O referido canal de denúncia interno é operado internamente por pessoa nomeada para o efeito pela administração, cuja identidade e formas de acesso estão devidamente informadas, por via intranet e rede externa (extranet.tpenedo.pt), aos trabalhadores, prestadores de serviços, contratantes, fornecedores, clientes, entre outros.

É garantida a independência, a imparcialidade, a confidencialidade, a proteção de dados, o sigilo e a ausência de conflitos de interesses pelos profissionais a quem é incumbida a função de gestão do referido canal de denúncia.



• Legislação Aplicável ao Setor

As boas práticas definidas no presente código de conduta, estão sujeitas ao cumprimento da legislação aplicávelà empresa, comprometendo-se ao cumprimento da mesma.

• Direitos Humanos

A empresa subscreve inteiramente a Declaração Universal dos direitos humanos, qualquer violação desses princípios deve ser imediatamente comunicada à Administração. Caso não o queiram fazer diretamente, pode utilizar o seguinte e-mail: email@tpenedo.pt, que garante a confidencialidade e a proteção do denunciante.

WWW.TPENEDO.PT



